

Manifesto pela igualdade reprodutiva e um futuro sustentável



 Associação
Portuguesa
de Fertilidade

 SPMR | SOCIEDADE
PORTUGUESA
DE MEDICINA
DA REPRODUÇÃO





EDUCAÇÃO

SAÚDE

TRABALHO

COESÃO SOCIAL

E TERRITORIAL

DEMOGRAFIA

Não há dúvida de que a Europa e o resto do mundo enfrentam uma grave crise de fertilidade. Em 2022, a taxa de fertilidade total na União Europeia (UE) era de 1,46 nados-vivos por mulher, taxa que em Portugal era ainda mais baixa com 1,43 nados-vivos por mulher. No entanto, o nível de substituição necessário para manter os níveis populacionais europeus são de 2,12. A médio prazo, isto significa que a população da Europa ficará mais pequena e os europeus mais velhos.

Deste modo, devido à baixa taxa de fertilidade nacional e europeia, poderemos assistir a uma escassez de mão de obra, a sistemas de proteção social insustentáveis, a um declínio do nível de vida e à perda de competitividade global.

Por conseguinte, os fatores socioeconómicos e de saúde que estão na origem do declínio da taxa de natalidade na Europa devem ser identificados e resolvidos rapidamente. Assim, os signatários deste Manifesto pretendem tornar a saúde reprodutiva uma prioridade, a nível nacional.

Para que a saúde reprodutiva e, em particular, a fertilidade, se tornem uma prioridade nacional, é necessário ter em conta alguns aspetos: conhecer a realidade portuguesa e considerar as opiniões da população sobre estas questões. Em Portugal, 9 a 10% dos casais sofrem de infertilidade ao longo da vida. Os resultados do último estudo realizado em Portugal, o Estudo Afrodite (2009) permitiram concluir que entre 260 a 290 mil casais portugueses sofrem de infertilidade e mais de 100 mil podem necessitar de tratamentos. Na altura, verificou-se que 1 em cada 10 casais portugueses relatava dificuldades relacionadas com a fertilidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2022, a nível global, 1 em cada 6 casais indicou enfrentar problemas de fertilidade.

Com base nestes dados e de acordo com uma previsão da SPMR, é possível inferir que a realidade portuguesa, em 2024, possa ter evoluído para um cenário mais próximo do observado atualmente no contexto global. É necessário ter em conta fatores como as **preocupações económicas**, a escassez de **apoios para o planeamento familiar** e as **condições laborais** desfavoráveis, que continuam a levar muitas pessoas a adiar o projeto da parentalidade, verificando-se um impacto significativo na **saúde emocional dos jovens**, diminuindo a sua vontade de ter filhos.



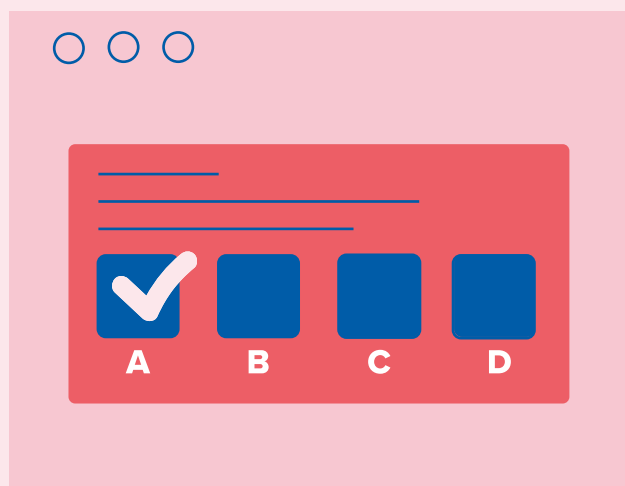
Perante estes desafios, este manifesto propõe **cinco prioridades essenciais** para definir soluções eficazes e alcançar os objetivos traçados:

1. EDUCAÇÃO

REFORÇAR A INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE INFERTILIDADE

Informar e educar o público e os profissionais relevantes sobre a saúde sexual e reprodutiva, capacitando todas as pessoas que planeiam ter filhos, seja a curto, médio ou longo prazo, a tomar decisões informadas. Dados do **inquérito FutURE** mostram que por exemplo, **78%** dos jovens portugueses desconhecem o conceito de reserva ovárica e **73%** desconhecem como se realiza o congelamento de óvulos, possibilidade conhecida quando se fala em preservação da fertilidade*.

As formações devem abordar o **impacto da idade das mulheres**, bem como os **efeitos do estilo de vida** e dos **fatores ambientais na fertilidade**, fornecer informações claras sobre os tratamentos disponíveis, a sua eficácia e limitações – em particular no que diz respeito à idade e ao impacto na “janela de conceção” – e incluir tópicos como doação de gâmetas e a criopreservação da fertilidade.



2. SAÚDE

AUMENTAR A SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA A FERTILIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

Aumentar a **sensibilização da população sobre a fertilidade e saúde reprodutiva** por meio de campanhas promovidas pelas autoridades de saúde pública. Estas iniciativas devem recorrer a canais de comunicação adequados a cada segmento populacional e desenvolver mensagens personalizadas que estabeleçam uma ligação efetiva com os públicos-alvo.

Fomentar **comportamentos de saúde pró-ativos**, informando os cidadãos sobre escolhas de estilo de vida que possam **beneficiar a fertilidade**, como a **redução da exposição a substâncias reprotóxicas**, a adoção de uma **dieta equilibrada** e a prática regular de **atividade física**.

3. TRABALHO

PROMOVER UMA SOCIEDADE SEM DISCRIMINAÇÃO E COM LOCAIS DE TRABALHO FAVORÁVEIS À FAMÍLIA E À FERTILIDADE

Garantir o **acesso equitativo** aos tratamentos de fertilidade e criar condições que equilibrem a vida profissional e familiar, sem comprometer carreiras ou dinâmicas sociais.

As empresas devem contribuir com **políticas mais favoráveis** como **horários de trabalho flexíveis**, **regime de trabalho híbrido**, **teletrabalho** e **programas específicos de apoio à fertilidade**, bem como criar uma cultura onde se valorize a família e apoie a parentalidade.

Em paralelo, cabe às **autoridades e instituições públicas implementar políticas laborais que incentivem a igualdade de género** – como licenças parentais mais longas e remuneradas, licença de paternidade obrigatória, seguros de saúde e subsídios para creches – são fundamentais.

4. COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

MELHORAR O DIAGNÓSTICO E O TRATAMENTO DA INFERTILIDADE, ASSEGURANDO QUE SEJAM ACESSÍVEIS A TODOS DE FORMA IGUALITÁRIA, EQUITATIVA, INCLUSIVA, SEGURA E ATEMPADA, GARANTINDO O ACESSO UNIVERSAL AO DIAGNÓSTICO E ÀS INTERVENÇÕES ADEQUADAS

Promover **cuidados precoces**, garantindo que mais pessoas tenham acesso aos tratamentos de infertilidade.

Assegurar um **acesso justo, inclusivo, seguro e universal a todas as fases**: desde o diagnóstico até ao tratamento e apoio, sem qualquer tipo de discriminação. Isto inclui **igualdade de acesso para mulheres, homens, casais do mesmo sexo e pessoas solteiras, independentemente do género, orientação sexual ou estado civil**.

Garantir que, seja qual for o **local de residência, todos tenham acesso a Tratamentos de PMA e aos centros de doação**. Deve-se promover a igualdade entre zonas urbanas e rurais, reduzindo, ao mesmo tempo, os tempos de espera para estes serviços.

5. DEMOGRAFIA

EXPANDIR O ACESSO E REFORÇAR AS POLÍTICAS DE APOIO À FERTILIDADE


Adoção, pelos decisores políticos, de uma visão de longo prazo na criação e implementação de políticas familiares, tendo em conta que as mudanças nas taxas de fertilidade podem levar décadas para surtir impacto na sociedade.

Investimento em serviços de apoio à família que sejam abrangentes, complementares e sustentáveis, passando a incluir não apenas os tratamentos de infertilidade, mas também **novos modelos de família e avanços como o diagnóstico genético pré-implantação**.

Aumento da idade limite de acesso aos tratamentos de fertilidade no SNS. Aumentar a idade limite para acesso a estes tratamentos, atualmente fixada nos 42 anos para tratamentos de primeira linha e nos 40 anos para tratamentos de segunda linha.

Criação de um Plano Nacional de Apoio à Fertilidade, visando estabelecer uma abordagem mais estruturada e abrangente para lidar com a problemática da infertilidade em Portugal, garantindo um suporte mais eficaz e acessível às famílias.





Por conseguinte, **convocamos todos os setores da sociedade portuguesa – cidadãos, profissionais de saúde, decisores políticos, empregadores e organizações da sociedade civil – a unirem-se neste esforço vital.** Juntos, podemos criar um futuro onde cada português tenha a oportunidade de realizar os seus sonhos de parentalidade, contribuindo para uma sociedade mais equilibrada e próspera. **A fertilidade é mais do que uma questão individual, é um desafio nacional que exige uma resposta coletiva e urgente.**



Com o apoio:

MERCK